

Empréstimo alternativo para o Brasil

- 3 MAR 1989

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O Brasil poderá resolver o impasse com o Banco Mundial (BIRD) por meio da substituição do crédito de US\$ 500 milhões ao setor elétrico por um novo pedido de empréstimo setorial, de desembolso rápido.

A aprovação do crédito, pelo "board" daquele organismo, seria aceita pelo comitê assessor dos bancos credores para a liberação imediata da parcela retida de US\$ 600 milhões, referente ao acordo de renegociação da dívida externa.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, admitiu ontem esta possibilidade. Ele discutiu a nova alternativa com o diretor do Brasil junto ao BIRD, Pedro Malan.

Consultadas por telefone, em Washington, fontes autorizadas do BIRD confirmaram os entendimentos preliminares para substituir o empréstimo bloqueado ao setor elétrico por um novo pedido de crédito.

"É exatamente isto que

os negociadores brasileiros estão tentando fazer neste momento", disse um funcionário do banco.

Batista de Abreu explicou a este jornal que, neste caso, não seria necessário alterar os termos do acordo da dívida externa com os bancos credores, já que seria atendida a cláusula da vinculação — pela qual a liberação das parcelas do "dinheiro novo" depende da aprovação por parte do BIRD de empréstimos de ajuste setorial. Uma vez aprovado o novo pedido, os credores privados depositariam imediatamente a segunda tranche do "dinheiro novo".

O assunto foi discutido no dia anterior no Palácio do Planalto, entre o presidente José Sarney e alguns ministros. A falta de informações sobre a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, segundo o ministro do Planejamento, decorreu da preocupação do governo em não prejudicar as negociações com o BIRD — o que poderia acontecer se alguma declaração fosse interpretada erroneamente. Não se trata de preparar nenhuma suspensão de pagamentos, explicou, mas apenas de adiantar as negociações nos Estados Unidos.

"O ministro Sérgio Amaral está em Nova York exatamente para isso", disse Batista de Abreu, referindo-se à missão do assessor internacional do Ministério da Fazenda e do diretor da área externa do Banco Central, Arnim Lore, junto ao comitê assessor dos bancos credores. Com a nova alternativa, o Brasil contornaria a resistência dos banqueiros em modificar os termos do acordo firmado no ano passado, man-

tendo a vinculação ao crédito do BIRD ao mesmo tempo que se abria o caminho para baixar a tensão nas relações com a comunidade financeira.

"O BIRD não tem nenhuma objeção à nova fórmula, como não tinha nada contra a desvinculação que o governo estava buscando com os bancos privados", disse um funcionário da instituição, enfatizando o interesse em "facilitar a normalização das relações com o Brasil, o mais rápido possível."

Ele não quis adiantar detalhes do novo empréstimo setorial, mas deu a entender que o pedido anterior, destinado à Eletrobrás, poderá ser desmembrado em mais de um projeto. "Há várias maneiras de se dividir um bolo", indicou. Lembrou que "há um enorme leque de projetos brasileiros em análise", que podem ser reavaliados.

De qualquer forma, terá de ser uma operação de cofinanciamento, em que a liberação dos recursos do BIRD esteja vinculada a mudanças políticas, econômicas e ambientais, de acordo com essa fonte. Dependendo do acerto com o governo brasileiro, o pedido seria levado ainda neste mês à diretoria do banco, com início imediato da liberação caso a operação seja aprovada. Mesmo que se resolva esta pendência com o BIRD, a terceira parcela do "dinheiro novo" dos bancos vai depender da normalização do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — o que será tentado a partir de amanhã, quando chega a Washington a missão técnica do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Planejamento.